



NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DAS IFES: ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS SITES INSTITUCIONAIS

Thales Fabricio da Costa e Silva ¹
Luana Ugalde da Costa ²

RESUMO

A atuação dos setores de acessibilidade e inclusão nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) é fundamental à garantia do direito à educação dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), no entanto, nem sempre é possível conhecer o trabalho desenvolvido por estes setores devido à ausência de informações em ambientes estratégicos, como os sites institucionais. Essa situação pode comprometer a acessibilidade às informações institucionais e influenciar a escolha por uma instituição de ensino. Sendo assim, este estudo tem o objetivo de analisar a acessibilidade às informações referentes aos setores de atendimento aos estudantes com NEE nos sites das Ifes do Nordeste. Para tanto, foi adotada a pesquisa documental, que levantou dados de 29 sites de Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, analisando-os a partir da estatística descritiva e análise de *clusters*. Os resultados apontaram que, mesmo não havendo um padrão de informações disponíveis nos sites pesquisados, é possível definir as instituições com maior e as com menor acessibilidade às informações sobre estes setores, além de reforçarem que a acessibilidade nos sites institucionais é uma estratégia de superação das barreiras à inclusão, especialmente as barreiras tecnológicas, atitudinais e comunicacionais.

Palavras-chave: Acessibilidade, Inclusão, Acesso à informação.

INTRODUÇÃO

A sociedade tem assistido um aumento de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no ambiente escolar, especialmente no contexto universitário, fruto das ações afirmativas para pessoas com deficiência adotadas no país, embasadas em discussões de âmbito nacional e internacional que contribuíram para o subsídio de provisões institucionais voltadas não somente ao ingresso, mas ao apoio e acompanhamento dessa população, com a finalidade de prover sua permanência e sucesso acadêmico (CABRAL, 2018).

O Censo da Educação Superior 2018 registrou mais um ano de crescimento no número de matrículas no ensino superior brasileiro, totalizando 8.450.755 estudantes matriculados, distribuídos entre 2.537 instituições públicas e privadas. Nesse cenário, as Ifes são representadas por 69 Universidades Federais (UFs) e 40 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), ocupando lugar de destaque, pois são nas UFs que se encontra a

¹ Estudante da Especialização em Educação Profissional Tecnológica Inclusiva no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), thalespsic@gmail.com.

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), luana.costa@ifac.edu.br.



maior quantidade de matrículas entre as universidades públicas e nos IFs que se registra a maior variação positiva de matrículas (348,6%) nos últimos 10 anos (BRASIL, 2019).

Este cenário ilustra a importância desempenhada pelas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) na expansão e efetivação do direito à educação superior no Brasil, processo que foi potencializado após a promulgação da Lei nº 12.711/2012 e do Decreto nº 9.034/2017, garantindo a reserva de, no mínimo, 50% das vagas ofertadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e, destas, são reservadas 50% para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita; soma-se a esta reserva o preenchimento de vagas por negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, respeitando a proporção desta população no país (BRASIL, 2012; 2017).

Uma das estratégias desenvolvidas no país visando à inclusão dos estudantes com deficiência nas modalidades de ensino profissional, tecnológico e superior foi a criação de Programas para o atendimento a estudantes com NEE: estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011a). Entre esses, destacam-se o Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com NEE, e o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior.

O primeiro, implantado em 2000 na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, impulsionou a criação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – Napnes (COSTA, 2018), e o segundo, criado em 2005, tinha o objetivo de fomentar a criação e consolidação de núcleos de acessibilidade nas Universidades Federais (UFs) e, embora extinto em 2010, a assistência a esses núcleos foi continuada, a partir de 2011, pelo Plano Viver sem Limites (NOGUEIRA e OLIVER, 2018; BRASIL, 2011b; 2010). Embora direcionados ao público com NEE, não há na literatura nem nas legislações um conceito único a respeito da natureza desses setores, tanto que Rocha (2016) identificou oito nomenclaturas distintas para os “Napnes” nos IFs do país e Mendes (2017) problematiza que essas diferenças remetem à existência de diversas concepções de atendimento na Rede Federal.

Para Melo e Araújo (2018), o alvo crítico em um trabalho com estudantes com NEE diz respeito ao suporte educacional, monitoramento e acompanhamento da trajetória deles em todo o percurso acadêmico por meio de uma equipe interdisciplinar, o que ainda não é a realidade de muitos desses setores nas Ifes. Soma-se a isso, a ausência de infraestrutura adequada ao atendimento, que envolve, além da perspectiva arquitetônica, os serviços e produtos disponibilizados às pessoas com deficiência. Essa problemática se torna mais importante quando são realizados recortes regionais e analisadas as suas particularidades



sociodemográficas. Por exemplo, a região Nordeste, segundo o IBGE (2013), é a região que possui as maiores taxas de deficiências física e intelectual do país e a segunda maior taxa de deficiências auditiva e visual.

Neste cenário, faz-se indispensável investigar como os setores destinados ao atendimento a estudantes com NEE das Ifes da região Nordeste estão articulados na prestação de serviços a esse público. Para tanto, um dos meios de acessar essas informações é o site da instituição educacional, que pode dispor informações acerca da infraestrutura e dos serviços ofertados a comunidade, especialmente quando ele atende às exigências de acessibilidade, possibilitando inclusão digital e transparência nas informações.

Bergamo et al. (2010) identificaram 12 fatores que influenciam a escolha por uma instituição de ensino superior, destacando, entre eles, a imagem e a estrutura, transmitidas, entre outros meios, pelo site institucional. Assim, é possível considerar que, a partir das informações dispostas no seu site, uma instituição pode ser preterida em virtude de outra, especialmente por públicos que demandam serviços específicos, como é o caso das pessoas com NEE.

Santos et al. (2015) apontam a necessidade de ser organizado um sistema de informações acessíveis aos estudantes com NEE, especialmente que oportunizem o conhecimento prévio acerca dos apoios oferecidos pela instituição, fator fundamental para a adaptação desse estudante no ensino superior. Essa assertiva dialoga com a necessidade de superação das barreiras comunicacionais, apontadas pela Lei Brasileira da Inclusão – LBI (BRASIL, 2015) como sendo qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.

A disposição dessas informações deve coadunar com a ideia de acessibilidade digital, que respalda um conceito de acessibilidade que não se resume à estrutura física, mas que está presente em todas as instâncias da vida (FREITAS et al., 2016) e que atende às distintas formas de interação das pessoas com a informação, respeitando preferências e limitações – tanto de equipamentos quanto às orgânicas (TORRES, MAZZONI e ALVES, 2002). É neste sentido que esta produção discute, especificamente, a acessibilidade ao conteúdo da informação disponível nos sites institucionais, independentemente se eles utilizam recursos ou ferramentas digitais de acessibilidade. Esta decisão se assenta sobre a necessidade de investigar se os sites das Ifes estão construídos com o objetivo de superar as barreiras na comunicação e informação.

Algumas pesquisas já se dedicaram à acessibilidade digital a partir dos recursos e ferramentas de acessibilidade disponíveis em sites institucionais (LEMOS-SANTOS,



TEIXEIRA e KAFURE, 2018; ARENHARDT et al., 2017; FREITAS et al., 2016; CAMPOS, SANCHEZ e SOUSA, 2013; GURGEL, MEDEIROS e MOURA, 2012; FERREIRA e CIANCONI, 2011; FERREIRA, SANTOS e SILVEIRA, 2007) e demonstram que há um baixo nível de acessibilidade, seja pela ausência ou pela presença de poucos recursos e ferramentas virtuais para minimizar os efeitos da deficiência. Entre elas, não foram identificados estudos específicos sobre a acessibilidade ao conteúdo das informações sobre os serviços destinados aos estudantes com NEE, o que torna este trabalho relevante à construção de reflexões acerca do atendimento integral a este público por parte das instituições educacionais.

Ante o exposto, esta pesquisa apresenta a seguinte questão-problema: **os sites das Ifes do Nordeste são acessíveis quanto à prestação das informações sobre os setores de atendimento aos estudantes com NEE?**

Para responder este questionamento, este estudo tem o objetivo de analisar a acessibilidade às informações sobre os setores de atendimento aos estudantes com NEE nos sites das Ifes do Nordeste.

Através de uma pesquisa documental, os dados foram coletados em 29 sites das Ifes do Nordeste, tendo como base a presença ou ausência de 13 (treze) variáveis relacionadas às informações sobre os setores de atendimento aos estudantes com NEE contidas nos sites institucionais. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, usando a técnica análise de conglomerados, e, mesmo não existindo um perfil de informações disponíveis nesses sites, permitiu distribuir as Ifes com maior e Ifes com menor acessibilidade às informações sobre esses setores.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem um caráter descritivo (GIL, 2008) e foi desenvolvida a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, análise e interpretação dos dados.

A pesquisa bibliográfica foi feita com o intuito de construir a base teórica deste trabalho, verificando produções realizadas acerca do tema e construindo diálogos com os resultados obtidos com esta iniciativa.

A pesquisa documental foi realizada com a consulta aos sites das Ifes do Nordeste, aqui representadas por suas siglas e divididas pelos seus respectivos estados: Alagoas (IFAL e UFAL), Bahia (IFBA, IFBaiano, UFBA, UFOB, UFRB e UFSB), Ceará (IFCE, Unilab, UFC e UFCA), Maranhão (IFMA e UFMA), Paraíba (IFPB, UFCG e UFPB), Pernambuco (IFPE,



IFSertão, UFPE, Univasf e UFRPE), Piauí (IFPI e UFPI), Rio Grande do Norte (IFRN, Ufersa e UFRN) e Sergipe (IFS e UFS), totalizando 29 instituições.

Os dados sobre acessibilidade à informação foram coletados com base em um formulário contendo 13 (treze) variáveis: 1) link sobre o setor de acessibilidade e inclusão na primeira página do site; 2) informação sobre o setor que atende ao estudante com NEE; 3) página específica para o setor; 4) serviços ofertados pelo setor; 5) informação sobre o profissional responsável pelo setor; 6) informação sobre a equipe que compõe o setor; 7) informações sobre direitos dos estudantes atendidos pelo setor; 8) público-alvo; 9) projetos e ou programas destinados a pessoas com NEE desenvolvidos pelo setor ou em parceria; 10) formas de contato (podendo incluir endereço, e-mail, telefone ou redes sociais); 11) links para documentos importantes sobre o tema; 12) links ou arquivo dispondo a resolução de criação ou o regimento do setor; e 13) notícia (recente) de ações envolvendo estudantes com NEE.

As variáveis foram elaboradas pelos autores considerando que a sua presença no site institucional qualifica o conhecimento acerca desses setores pelo público externo; somado a isso, algumas delas foram referenciadas pelas Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (W3C, 2014), mais especificamente a diretriz 2.4 (Navegável: Fornecer formas de ajudar os utilizadores a navegar, localizar conteúdos e determinar o local onde estão), que baseou a formulação das variáveis 1, 2, 3, 11 e 12.

As duas últimas etapas foram a análise e a interpretação dos dados; segundo Gil (2008), a análise tem o objetivo de organizar e sumariar os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema; a interpretação, por sua vez, objetiva procurar sentido mais amplo às respostas, a partir da ligação a outros conhecimentos anteriores.

Para a análise dos dados, adotou-se o critério avaliativo de atribuição dos conceitos “sim” ou “não” às variáveis observadas em cada site pesquisado. As respostas “não” e “sim”, de natureza binária, foram codificados em “0” e “1”, respectivamente. Embora esse trabalho não colete números de forma direta, a quantificação dos resultados é possível através da técnica de transformação dos dados, que permite transformar dados qualitativos em quantitativos - e o inverso (CRESWELL, 2007). A análise seguiu com a estatística descritiva dos dados, que permite caracterizar, resumir e estudar a relação entre as variáveis (GIL, 2008), sendo adotada a análise de conglomerados, visando identificar a distribuição das Ifes quanto ao desempenho acerca da acessibilidade em seus sites institucionais.

A análise de conglomerados ou *clusters analysis*, segundo Bem, Giacomini e Waismann (2015), é uma técnica multivariada de classificação que objetiva agrupar dados de



acordo com as similaridades entre eles, agrupando um conjunto de dados heterogêneos em grupos com homogeneidade. Para guiar esta aplicação, algumas premissas devem ser respeitadas, sendo uma delas o número da amostra; como neste estudo foram obtidas 29 amostras, o método hierárquico foi o mais apropriado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a pesquisa documental, todas as 29 Ifes do Nordeste estavam com seus sites institucionais em pleno funcionamento. O acesso foi feito pelos pesquisadores no mês de março de 2020, alimentando um banco de dados a cada variável que era observada no site. É indispensável ressaltar que esta etapa exigia o olhar qualitativo dos pesquisadores e foi a mais minuciosa, considerando que era preciso verificar todas as abas disponíveis, links, entre outras ferramentas disponíveis. Além disso, para ter certificação da ausência/presença de determinada informação, foi utilizada a ferramenta de pesquisa no próprio site com os seguintes termos: “acessibilidade”, “inclusão”, “deficiência” e “NEE”.

Entre todos os sites, apenas o site da UFBA não apresentou nenhuma variável, no entanto, ao utilizar a ferramenta de pesquisa do próprio site, foram identificadas várias notícias envolvendo o tema acessibilidade e inclusão, o que gerou questionamentos nos pesquisadores acerca da ausência de informações sobre o setor em estudo. Assim, foi feita uma pesquisa no *google* e foi identificado que a UFBA disponibiliza um site independente para o seu Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com NEE (Nape). Embora esse dado seja significativo para o acesso à informação, ao considerar a problemática desta pesquisa, ele revela um ponto crítico, já que o site principal da instituição não faz referência, em nenhum momento, ao Nape e a este site especificamente. Assim, para fins desta pesquisa, foram considerados os dados obtidos no site principal da UFBA.

Com o banco de dados construído a partir das 13 variáveis observadas e, considerando a variável “2” (a que mais se verificou no universo pesquisado), identificou-se que 86,2% (n = 25) das Ifes dispõem algum tipo de informação sobre os setores de atendimento ao estudante com NEE, no entanto, entre estas, apenas 36% (n = 9) disponibilizam link direto ao setor já na primeira página; as demais disponibilizam essa informação de forma distribuída no conteúdo de diversas páginas, como Ensino, Extensão e Assistência Estudantil.

A presença de um link de acesso ao setor já na página inicial é a variável mais importante, pois facilita o acesso à informação a qualquer pessoa alheia à comunidade acadêmica e ao seu funcionamento, sobretudo ao estudante com algum tipo de limitação física,



visual, auditiva e/ou cognitiva, permitindo o conhecimento integral sobre a instituição e os serviços do seu interesse. Essa observação se apoia na superação das barreiras nas comunicações e na informação da LBI (BRASIL, 2015) e nas Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (W3C, 2014), que destaca a importância dos sites fornecerem formas de ajudar o usuário a navegar, localizar conteúdos e determinar o local onde ficam, como localização da página e páginas com títulos que descrevem a sua finalidade.

Quanto à variável menos observada entre as Ifes pesquisadas, foi identificado que apenas 20,6% (n = 6) dos sites trazem notícias (recentes) envolvendo estudantes com NEE. Esta variável foi escolhida para a coleta de dados porque as notícias veiculadas pela instituição ilustram o cenário de oportunidades entre ações, projetos e programas voltados ao público com NEE, bem como o engajamento deste público nas diversas atividades institucionais.

Esta publicidade dada aos diversos públicos que transitam no ensino superior é, além de um convite a habitar uma instituição inclusiva, uma estratégia de enfrentamento ao que Pereira (2008) chamou de preconceito manifestado pelo silêncio, na não manifestação, na indiferença. Somado a isso, tornar público o processo de inclusão dos estudantes com NEE é uma maneira de mitigar as barreiras atitudinais, conceituadas pela LBI (BRASIL, 2015) como as atitudes ou comportamentos que prejudiquem ou impeçam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

Aplicando a análise de conglomerados, obteve-se a divisão das Ifes em dois clusters (grupos): um com 12 instituições e o outro com 17 instituições. Como a técnica objetiva agrupar elementos com a maior homogeneidade possível entre os seus elementos e diferenciar grupos entre si, os grupos obtidos foram nomeados em Ifes com maior e menor acessibilidade – considerando a acessibilidade às informações dos setores que atuam com estudantes com NEE, conforme se discute ao longo de todo o trabalho. Os grupos estão detalhados no quadro 1.

Quadro 1 – Divisão das instituições com maior e menor acessibilidade

| IFES COM MAIOR ACESSIBILIDADE | IFES COM MENOR ACESSIBILIDADE |
|--|---|
| IFCE, IFPB, IFS, Ufal, UFC, UFCA, Ufersa, Ufob, UFPB, UFPE, UFPI, UFRB, UFRN, UFRPE, UFS, UFSB, Univasf. | Ifal, IFBA, IFBaiano, IFMA, IFPE, IFPI, IFRN, IFSertão, UFBA, UFCG, UFMA, Unilab. |

Fonte: dados da pesquisa (2020).

A técnica utilizada permite destacar quais variáveis apresentam maior significância para a discriminação dos grupos. Entre as variáveis observadas, apenas duas não apresentaram significância para a discriminação: a “12” – presença de link ou arquivo contendo a resolução ou o regimento do setor – e a “13” – presença de notícias (recentes) de ações envolvendo



estudantes com NEE. Assim, embora sejam elementos também importantes para garantir a acessibilidade à informação para este público, essas variáveis não são determinantes (perante a amostra) para a discriminação das instituições nos dois grupos.

Pelos dados coletados, é possível verificar que entre as Ifes com maior acessibilidade, todas disponibilizavam informações sobre os setores que atendem pessoas com NEE em algum lugar do site e, ao mesmo tempo, disponibilizavam uma página específica no site com informações do setor. Vale considerar, porém, que essas páginas também estavam distribuídas em contextos de trabalho diferentes, como Assistência Estudantil, Extensão ou Ensino, o que aponta para a indefinição do lugar ocupado pelas práticas institucionais de acessibilidade e inclusão, o que se equipara às inúmeras nomenclaturas dadas a esses setores, como foi identificado por Rocha (2016), e às diversas concepções de atendimento, como destacou Mendes (2017).

Ao comparar as instituições com maior e menor acessibilidade às informações disponíveis em seus sites institucionais, verificou-se que a Ufersa e a UFC se posicionam como as mais acessíveis e a UFBA e a UFCG como as menos acessíveis da região. As duas primeiras figuram como as mais acessíveis porque apresentam em seu site a maior quantidade de variáveis: no site da Ufersa todas as variáveis foram observadas e no da UFC apenas uma delas não foi identificada. Por sua vez, a UFCG e a UFBA estão nas últimas posições porque apresentam o menor número de variáveis observadas, sendo a UFBA nenhuma variável e a UFCG apenas a variável “12 - presença de link ou arquivo contendo a resolução ou o regimento do setor”; como foi citado, esta variável não apresenta significância para a discriminação dos grupos.

Destaca-se que a maioria das Ifes investigadas disponibiliza sites específicos para cada campi que compõe a sua estrutura organizacional, mas como não foram documentos considerados para esta pesquisa, a avaliação se baseia no site principal da instituição. Deste modo, é necessário que as Ifes compreendam que a comunidade externa ao mundo acadêmico não conhece sua estrutura organizacional e a divisão de suas fontes de informação, sendo significativa a alocação do maior número de informações no seu site principal para que supere a barreira comunicacional ainda existente em alguns sites. Somado a isso, e considerando a significância das variáveis apresentadas, sugere-se que cada Ifes disponibilize todas as informações que foram investigadas nesse trabalho.

Nota-se que a acessibilidade nos sites institucionais é uma estratégia de superação das inúmeras barreiras à inclusão, especialmente as barreiras tecnológicas, atitudinais e nas



comunicações e na informação, o que reforça o direito da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação de acessar e permanecer no ambiente educacional presencial e virtual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a acessibilidade às informações sobre os setores de atendimento aos estudantes com NEE nos sites das Ifes do Nordeste. A partir da pesquisa documental aos sites das 29 Ifes (UFs e IFs) da região, foram levantados dados acerca da presença ou ausência de 13 variáveis relacionadas às informações sobre esses setores contidas nos sites institucionais.

A partir da análise descritiva, foi possível identificar uma variedade de perfis, visto que as instituições não apresentaram regularidade quanto à presença ou ausência das variáveis investigadas. No entanto, foi possível construir, a partir da análise de conglomerados, o grupo de Ifes com maior acessibilidade (que, entre outros, disponibilizavam informações sobre os setores que atendem pessoas com NEE em algum lugar do site e, ao mesmo tempo, disponibilizavam uma página específica no site com informações do setor) e o grupo de Ifes com menor acessibilidade (que apresentaram o menor número de variáveis) às informações dispostas sobre os setores de atendimento ao estudante com NEE. Entre essas, a Ufersa e a UFC se destacam como as de maior acessibilidade e a UFBA e a UFCG como as de menor acessibilidade.

Ressalta-se que o resultado desta pesquisa não representa a atuação destas instituições frente às demandas dos estudantes com NEE, sendo uma referência estrita à avaliação das informações disponíveis ao público que acessa aos seus sites; no entanto, demonstra a necessidade dessas Ifes alimentarem seus sites institucionais com informações necessárias ao pleno atendimento dos interesses da comunidade discente, especialmente dos estudantes que possuem alguma deficiência, transtornos global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, eliminando barreiras comunicacionais, tecnológicas e atitudinais.

Esta pesquisa é limitada por colher dados apenas das Ifes do Nordeste e por ter avaliado apenas os sites principais de cada instituição, visto que a maioria delas possui sites próprios para cada *campi*. No entanto, tais limitações não minimizam a importância deste estudo, considerando o perfil da região quanto à incidência de pessoas com deficiência e que os sites principais das Ifes se constituem a porta de entrada do cidadão comum às informações sobre



aquela instituição. Para superar tais limitações, sugere-se que novos estudos sejam realizados, ampliando a análise para os sites das Ifes de outras regiões do país.

Espera-se que os dados apresentados neste estudo possam valorizar a acessibilidade em conteúdo na web e impulsionar a implementação da acessibilidade à informação nos sites de todas as Ifes, permitindo a universalização do conhecimento acerca das ações, serviços e programas desenvolvidos pelos setores de atendimentos aos estudantes com NEE no ensino superior federal.

REFERÊNCIAS

ARENHARDT, Daniel L.; et al. Acessibilidade digital: Uma análise em portais de Instituições Federais de Educação do Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 25, n. 33, p. 1-28, 2017. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/ojs/article/view/2639>. Acesso em: 16 fev. 2020.

BEM, Judite S.; GIACOMINI, Nelci M.; WAISMANN, Moisés. Utilização da técnica da análise de clusters ao emprego da indústria criativa entre 2000 e 2010: estudo da Região do Consinos, RS. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 1, pp. 27-41, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v16n1/1518-7012-inter-16-01-0027.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2020.

BERGAMO, Fábio V. M.; et al. De *Prospect* a Aluno: Fatores Influenciadores da Escolha de uma Instituição de Ensino Superior. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos – BASE**, v. 7, n. 3, pp. 182-93, 2010. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/2507>. Acesso em: 21 mar. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas**. Brasília, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 07 mar. 2020.

_____. **Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017**. Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Brasília, 20 abr. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9034.htm. Acesso em: 06 mar. 2020.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 26 mar. 2020.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 29 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 06 mar. 2020.

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 17 nov. 2011a.



Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 07 mar. 2020.

_____. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Brasília, 18 nov. 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm. Acesso em: 19 fev. 2020.

_____. **Edital nº 8, de 6 de julho de 2010.** Edital Programa Incluir. Brasília, 7 jul. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5809-edital-incluir-2010-dou&category_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 19 fev. 2020.

CABRAL, Leonardo S. A. Políticas de Ações Afirmativas, Pessoas com Deficiência e o Reconhecimento das Identidades e Diferenças no Ensino Superior Brasileiro. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 57, pp. 1-33, 2018. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/ojs/article/view/3364>. Acesso em: 04 mar. 2020.

CAMPOS, Márcia B.; SANCHÉZ, Jaime; SOUZA, Thânia C. Acessibilidade na Web no Brasil: percepções de usuários com deficiência visual e de desenvolvedores Web. **Anais eletrônicos do XVIII Congresso Internacional de Informática Educativa**, Porto Alegre, 9 a 11 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.tise.cl/volumen9/TISE2013/325-333.pdf>. Acesso: 19 fev. 2020.

COSTA, Luana U. **Desenvolvimento profissional de coordenadores do Napne do Instituto Federal do Acre.** Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, 177 f., 2018. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/357>. Acesso em: 11 abr. 2020.

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERREIRA, Gabriela A.; CIANCONI, Regina B. Acessibilidade dos deficientes visuais e cegos às informações de bibliotecas universitárias na Web. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 2, pp. 151-63, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10248>. Acesso em: 19 fev. 2020.

FERREIRA, Simone B. L.; SANTOS, Rodrigo C.; SILVEIRA, Denis Silva da. Panorama da acessibilidade na web brasileira. **Anais do XXXI Encontro da Anpad**, Rio de Janeiro, 22 a 26 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ADI-C1223.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

FREITAS, César.; et al. A internet e os indivíduos com necessidades especiais: análise de acessibilidade de sites dos Institutos Federais no Brasil. **Educação, Tecnologia e Cultura**, n. 13, pp. 1-8, 2016. Disponível em: <http://www.publicacoes.ifba.edu.br/index.php/etc/article/view/11>. Acesso em: 19 fev. 2020.

GIL, Antônio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GURGEL, Geovane M. M.; MEDEIROS, Lucas O.; MOURA, Laisa S. N. T. Avaliação da acessibilidade do Portal IFRN à luz do E-MAG e do WCAG Samurai. **Holos**, Ano 28, v. 1, pp. 182-95, 2012. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/582>. Acesso em: 18 mar. 2020.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Pesquisa nacional de saúde - 2013**. Ciclos de vida: Brasil e grandes regiões. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2015. 92 p. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>. Acesso: 19 fev. 2020.

LEMO-SANTOS, Sylvana K. S.; TEIXEIRA, Laysse N. B.; KAFURE, Ivette. Acessível Para Quem? Uma Análise da Acessibilidade em Sítios Institucionais. **Anais da XXIII Conferência Internacional sobre Informática na Educação**, Brasília, 27 a 29 de novembro de 2018. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/34107/>. Acesso: 19 fev. 2020.

MELO, Francisco R. L. V.; ARAÚJO, Eliana R. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, número especial, pp. 57-66, 2018. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/pee/v22nspe/2175-3539-pee-22-spe-57.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

MENDES, Katiuscia A. M. O. **Educação especial inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiros**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 168 f., 2017. Disponível em:
<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8139>. Acesso em: 04 mar. 2020.

NOGUEIRA, Lilian F. Z.; OLIVER, Fátima C. Núcleos de acessibilidade em instituições federais brasileiras e as contribuições de terapeutas ocupacionais para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 26, n. 4, pp. 859-82, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cadbto/v26n4/pt_2526-8910-cadbto-26-04-00859.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.

PEREIRA, Marilú M. Ações afirmativas e a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 10, pp. 19-38, 2008. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/20567>. Acesso em: 21 mar. 2020.

ROCHA, Vânia M. **A educação especial nos Institutos Federais: o que dizem os Planos de Desenvolvimento Institucionais?** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade da Região de Joinville, Joinville, 162 f., 2016. Disponível em:
http://univille.edu.br/account/mestradoedu/VirtualDisk.html?action=readFile&file=Vania_Me_neghini_da_Rocha.pdf¤t=/Dissertacoes. Acesso em: 28 fev. 2020.

SANTOS, Evelyn.; et al. Inclusão no Ensino Superior: percepções dos estudantes com Necessidades Educativas Especiais sobre o ingresso à Universidade. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 28, n. 2, pp. 251-70, 2015. Disponível em:
http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872015000200013. Acesso em: 07 mar. 2020.

TORRES, Elisabeth F.; MAZZONI, Alberto A.; ALVES, João B. M. A acessibilidade à informação no espaço digital. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 3, pp. 83-91, 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/951>. Acesso em: 07 mar. 2020.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM [W3C]. Diretrizes de acessibilidade para conteúdo web (WCAG) 2.0. **W3 Org**, 2014. Disponível em:
<https://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-PT/WCAG20-pt-PT-20141024/>. Acesso em: 19 mar. 2020.